

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO
PARTICIPATIVA E PROJETO POLÍTICO-
PEDAGÓGICO UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Viviane Fátima Lima do Prado

**Tio Hugo, RS, Brasil
2015**

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Viviane Fátima Lima do Prado

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Ms. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann

Tio Hugo, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?**

elaborada por
Viviane Fátima Lima do Prado

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Letícia Ramalho Brittes, Dr. (UFSM)

Elena Maria Mallmann, Dr. (UFSM)

Tio Hugo, 27 de novembro de 2015.

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.
(Paulo Freire, 1996)

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais uma das etapas de minha formação, gostaria de agradecer, primeiramente a Deus que me deu a vida. A minha família, meus pais, meu irmão, meu esposo e meu filho que nesta caminhada sempre estiveram ao meu lado me incentivando e ajudando sempre que necessário. A minha professora orientadora, Ms. Ana Paula Cristino Zimmermann, pelas orientações e pela condução deste trabalho, mostrando-me caminhos e possibilidades. Ao grupo GEPEPGE que possibilitou muitas investigações em especial sua coordenadora a Dr. Eliara Zavieruka Levinsky pelo incentivo e pela nobreza em compartilhar seus conhecimentos da forma mais humilde e qualificada que já conheci. Agradeço as minhas escolas, meus colegas e alunos que sem dúvida são os protagonistas das minhas inquietações. Enfim, obrigado a todos que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse concretizar meus objetivos.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

AUTORA: VIVIANE FÁTIMA LIMA DO PRADO
ORIENTADORA: ANA PAULA DA ROSA CRISTINO ZIMMERMANN
Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 27 de novembro de 2015.

Resumo: A presente monografia de Especialização em Gestão Educacional tem como tema central o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul (SEAP) e sua possível relação com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola estadual da cidade de Passo Fundo, RS. Tendo como objetivo geral analisar de que modo os dados levantados pelo SEAP repercutem na reformulação do PPP desta escola. Para realização deste estudo optou-se por uma pesquisa qualitativa de tipo estudo de caso e como instrumento de coleta foi utilizado questionário, sendo este aplicado aos pais e aos profissionais da educação, tendo que inicialmente foi feita a análise das orientações do SEAP e uma revisão bibliográfica sobre a construção do PPP em uma proposta de gestão democrática. Com base na fundamentação teórica obtida, foi realizada a tabulação dos dados usando como metodologia a análise do conteúdo. Os resultados apontam que falta clareza tanto na construção metodológica de coleta de dados do SEAP, como na construção e vivência do PPP. Isso fica claro através das falas dos profissionais que embora compreendam a importância dos dois documentos deixam claro que ambos são pouco utilizados na prática escolar, fazendo parte apenas da exigência burocrática. A pesquisa traz como proposta de qualificação dos dois processos, PPP e SEAP a realização de um Programa de Formação Continuada claro e objetivo para seus colaboradores.

Palavras-chave: Sistema Estadual de Avaliação Participativa. Projeto Político Pedagógico. Gestão democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

(STATE SYSTEM PARTICIPATORY EVALUATION AND POLITICAL AND EDUCATIONAL
PROJECT POSSIBLE A RELATIONSHIP?)

AUTHOR: VIVIANE FÁTIMA LIMA DO PRADO
ADVISER: ANA PAULA DA ROSA CRISTINO ZIMMERMANN
Data e Local da Defesa: Tio Hugo/RS, 27 de novembro de 2015.

Abstract: This Specialization monograph in Educational Management is focused on the State System of Participatory Assessment of the State of Rio Grande do Sul (SSPA) and its possible link with the Pedagogical Political Project (PPP) of a public school in the Passo Fundo city, RS. With the overall goal to analyze how the data collected by the SSPA an impact in reshaping the PPP from this school. For this study we opted for a qualitative research of case study type, and a questionnaire was used as a collection tool which is applied to parents and education professionals, where it was made initially, analysis of SSPA guidelines and a literature review on the construction of the PPP on a proposal of democratic management. Based on the obtained theoretical foundation the tabulation of the data was performed using as methodology the analysis of the content. The results show that lack clarity in both the methodological construction of SSPA data collection, such as in the construction and experience of PPP. This becomes clear through the speeches of professionals but they understand the importance of the two documents make it clear that both are underutilized in school practice, doing only part of the bureaucratic requirement. The research has as proposal for qualification of the two processes, PPP and SSPA conducting of a Continuing Education Program clear and objective for its employees.

Keywords: State System of Participatory Assessment. Pedagogical Political Project. Democratic management.

LISTA DE SIGLAS

SEAP – Sistema Estadual de Avaliação Participativa.
GEPEPGE – Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo.
PPP – Projeto Político-Pedagógico.
PPAP – Projeto Político Administrativo e Pedagógico
D – Diretor
CP1 – Coordenadora Pedagógica 1
CP2 – Coordenadora Pedagógica 2
CP3 – Coordenadora Pedagógica 3
VD – Vice-diretor
OR – Orientador Educacional
P1 – Professora 1
P2 – Professora 2
P3 – Professora 3
P4 – Professora 4
F1 – Funcionário 1
F2 – Funcionário 2
PA1 – Pai 1
PA2 – Pai 2
PA3 – Pai 3
PA4 – Pai 4

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Carta de apresentação.....	60
APÊNDICE 2 - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	61
APÊNDICE 3 – Termo de Confidencialidade.....	62
APÊNDICE 4 – Questionário de Pesquisa Profissionais da Educação.....	62
APÊNDICE 5 – Questionário de Pesquisa Pais.....	66

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Ciclo Anual SEAP/RS nos três níveis: Escolas, CREs e SEDUC.....40

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DO RS NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	17
1.1 Considerações iniciais.....	17
1.2 Encaminhamentos Metodológicos	19
1.2.1 Abordagem metodológica.....	19
1.2.2 Procedimentos metodológicos	22
CAPÍTULO 2 - PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA INTERDEPENDÊNCIA EM UM PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	26
2.1 Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática	26
2.2 Sistema Estadual de Avaliação Participativa	31
2.3 O Projeto Político Administrativo e Pedagógico nas instituições estaduais de ensino.	35
CAPÍTULO 3 – POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DE UMA PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA A PARTIR DO SEAP	36
3.1 Contextualização da escola pesquisada	36
3.2 Onde se aplicam os dados do Sistema Estadual De Avaliação Participativa obtidos pela escola?.....	38
3.3 PPP e SEAP: o que pensam seus protagonistas.....	41
3.4 Possíveis aplicações de uma proposta Político-Pedagógico que tenha como uma das suas bases os dados levantados pelo SEAP.	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICE	59

APRESENTAÇÃO

Filha de um operário e de uma vendedora, sempre frequentei escola pública e tive muito incentivo por parte de meus pais para estudar na busca de um bom futuro. Entrei na pré-escola com cinco anos, por sorte neste ano sobrou vaga e abriram uma exceção para mim, dificilmente faltava aula, eu gostava muito de ir para escola e fiz todo meu Ensino Fundamental, na escola Anna Luísa Ferrão Teixeira em Passo Fundo (RS). Nesta etapa de ensino, minhas habilidades se destacavam na área das Ciências e Matemática e assim, aos doze anos já tinha planejado toda minha vida profissional, seria médica, pediatra, cuidaria de crianças com síndromes genéticas.

Meus pais insistiram para que eu fizesse Magistério para garantir uma profissão visto que se algo desse errado eu teria a “segurança” de ser professora, eu arrisquei, pois, sempre gostei de desafios e assim fui para o Magistério, tive muitas disciplinas ligadas à Linguagem, o que não era meu “forte”. Durante todo o Curso questioneei o fato de termos mais didáticas e pouco “conteúdo” teórico, da grade curricular do Ensino Médio, pois para mim um bom professor deveria saber tudo o que sabiam no Ensino Médio mais o que ensinavam no Magistério e foi assim que passei a fazer o curso de Ensino Médio Noturno na Escola Estadual de Ensino Básico Nicolau de Araújo Vergueiro - EENAV para ter as duas habilitações.

No estágio final voltei à Escola Estadual de Ensino Médio Anna Luísa Ferrão Teixeira onde estudei todo meu Ensino Fundamental, fiz o estágio em uma turma um tanto complicada e minha supervisora não tinha “fama muito boa”, mas entre lágrimas e tentativas venci e concluí o Magistério, hoje atuo nesta escola com uma turma de terceiro ano do ensino fundamental. Durante o Curso não aprendi muito da realidade efetiva de sala de aula e sim algumas teorias deslocadas, em alguns exemplos de professoras que tive aprendi como não deveria ser e ali conheci dois ótimos professores de Física que me fizeram amar esta matéria.

Sempre gostei de Física, sofri bastante, pois Magistério não proporciona base para exatas, mas nunca reprovei, pois se isso acontecesse não teria dinheiro para pagar novamente naquela época era caro e não tinha incentivo do governo.

Já no primeiro ano de faculdade passei no concurso de Monitora de atividades na Prefeitura de Passo Fundo (RS) e ali trabalhei como Monitora do Estacionamento com meninos em vulnerabilidade social, alguns quase da minha idade, depois fui para casa da criança e lá fiquei por três anos até quase concluir a

faculdade. Para poder pagar o curso de graduação, fui trabalhar na Sociedade Recreativa Beneficente São João Bosco (SOCREBE). Então eu trabalhava lá de manhã, no abrigo de tarde até as dezenove e trinta e ia para a aula só voltava para casa às onze horas e estudava até às três horas da manhã, que era o horário que meu esposo saía para trabalhar.

No curso de licenciatura em Física conheci alguns ótimos profissionais que buscavam um ensino de qualidade e foram esses que me motivaram a continuar na Educação, mostrando que era possível desenvolver um trabalho de qualidade e capaz de modificar a vida de muitos de nossos alunos.

Neste meio tempo, passei no concurso pra professora de Educação Infantil e para mim, um serviço bem mais tranquilo que o abrigo, pois no abrigo conheci realidades muito tristes, crianças tão pequenas e que haviam sido abusadas tantas vezes, por quem deveria cuidá-las, deficientes abandonados e maltratados pelas famílias e crianças tão mal cuidadas que tinham piolhos, sarna, pulga, AIDS¹ (pais se negavam a medicar) entre outros tantos problemas e mesmo com tudo isso eles iam para escola, alguns ainda conseguiam se sair bem, mas a maioria tinha dificuldade de aprendizagem, também com tantos problemas. Demorei a sair do abrigo, mas depois de tanta insistência acabei aceitando a vaga de professora de Educação Infantil e então larguei a SOCREBE, e fiquei só com um concurso. Na SOCREBE aprendi muito, mas foi uma época muito difícil, eu tinha uma turma de pré-escola muito problemática e a instituição passou por trocas de coordenação que muitas vezes dificultavam o andamento do trabalho.

Sofri bastante no início, pois o Magistério embora me habilitasse, não me preparava para ensinar na Educação Infantil, mas com o tempo fui aprendendo através da prática diária e da graduação em Pedagogia. Faz onze anos que sou funcionária pública, na Educação Infantil fazem nove, já tive diversas turmas e passei por alguns governos. Hoje estou no Berçário com dezesseis crianças e três colegas professoras assistentes.

Quando entrei na escola, a direção era indicação do município e as reuniões eram para avisos e discussões de problemas cotidianos. Algumas colegas não entravam em acordo com a direção, não concordavam com os trabalhos, mas não

¹ Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

faziam nada para mudar. O grupo era dividido entre cooperadas e concursadas e cada um trabalhava como queria e o quê queria.

A gestão antiga instituiu a metodologia de projetos e toda documentação que nos rege no município foi elaborada pela Secretaria de Educação junto com as diretoras, sem a participação dos professores. Tudo isso gerou muitos problemas na escola e o que menos se discutia era o como ensinar e o que ensinar. A SME (Secretaria Municipal de Educação) criou os cursos de formação e assim começamos a trilhar um caminho de aprendizagem. No entanto, a metodologia de projetos ainda era motivo de conflito.

Passado três anos que eu estava na escola, decidi que iria me aposentar ali e resolvi realmente participar da escola, discutir seus problemas e buscar soluções, foi então que montei um plano com estratégias para as reuniões pedagógicas e para a elaboração de projetos, foi aí que passei a ganhar o respeito da Diretora e após um ano auxiliando ela nas reuniões me convidou para ser Coordenadora da escola. Fiquei até o fim da gestão e quando houve eleições voltei para sala no Berçário I como professora efetiva da turma.

Embora o sistema de ensino no qual fui educada tenha sido tradicional, penso um pouco diferente a educação para meus alunos, primeiro não basta ser o melhor em conteúdo ou o professor só ensinar conteúdos pois temos que ajudar a formar seres humanos mais humanizados, homens e mulheres mais dignos, honestos, que busquem o melhor pensando num bem comum. Para isso, devem sim estar bem preparados, mas devemos prepará-los para vida e não para provas, vejo também que nós professores estamos com suporte teórico muito fraco e muitas vezes nos deixamos abater pela rotina e pelo sistema. Tenho claro que principalmente na fase dos meus alunos o afeto é primordial e cada um tem um ritmo de aprendizagem que deve ser respeitado, junto a tudo isso, é necessário ser rígido e buscar construir e trabalhar limites embora sejam crianças pequenas. O primordial para mim é que meus alunos saiam da minha turma o mais independentes possível, dentro do limite da faixa etária.

Sempre pensei que a saúde era meu futuro e hoje sei que sempre foi a educação e sou muito feliz aqui, apesar de tantos problemas que se passaram não sairia desta área, e só para finalizar, mudei minha concepção de exatas, na Pedagogia se estuda muito sim e aqui conheci ótimos professores, não só diplomados, mas muito qualificados, que amam o que fazem e o fazem muito bem.

No ano de dois mil e quinze concluí o curso de Pedagogia pela Universidade de Passo Fundo (RS). Curso esse que me possibilitou ingressar no Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas e Gestão da Educação, que tem a frente, em sua coordenação a professora Doutora Eliara Zavieruka Levinsky, grupo do qual sou integrante. A participação no GEPEPGE me proporcionou um crescimento intelectual e profissional muito grande, pois através do grupo tenho a oportunidade de debater, estudar e aprofundar conhecimentos como formação de professores, gestão democrática, entre outros ligados a gestão, por diferentes pontos de vista.

O grupo possui integrantes que ocupam diferentes papéis na educação como professores do Estado, dos municípios e particulares, coordenadores, diretores, Secretários de Educação, alunos e demais pessoas que possam se interessar por gestão, através do grupo e da faculdade de Educação desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso, “A interdependência entre Projeto político pedagógico e formação de professores”. Em dois mil e quatorze surgiu a oportunidade da Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria e novamente, através das discussões do GEPEPGE surgiu o tema Sistema Estadual de Avaliação Participativa e Projeto Político-Pedagógico, uma relação possível? A escolha deste tema ocorreu através de diversas inquietações que foram surgindo no decorrer da minha caminhada. Quando realizei meu primeiro estágio da graduação em uma escola pública estadual de Passo Fundo (RS) participei da escrita do PPP e da retomada dos aportes teóricos construídos pela comunidade escolar que embasavam os processos de ensino-aprendizagem. Esta foi a primeira escola que pude presenciar um processo democrático de construção do PPP e verificar a relevância deste documento como indicador de qualidade dentro da instituição. Durante minha caminhada em outras instituições estaduais de ensino constatei muitas construções isoladas deste documento. Em algumas, os profissionais nem tem conhecimento do que contém o PPP da sua própria instituição. No decorrer do percurso fui aprofundando meus conhecimentos sobre PPP quando fui apresentada de forma conturbada e pouco esclarecida ao Sistema Estadual de Avaliação Participativa.

Ao perceber a importância e os objetivos deste sistema de avaliação, concebendo a relevância da construção democrática do PPP dentro das instituições de ensino e tendo este como detentor máximo do poder é que surgiu o seguinte questionamento: De que modo os dados levantados pelo SEAP ajudam na

reformulação do Projeto Político-Pedagógico de uma escola estadual do Município de Passo Fundo (RS)?

Desta forma, a monografia está organizada em três capítulos principais o primeiro, que apresenta as considerações iniciais e os encaminhamentos metodológicos, o segundo, que apresenta os referenciais teóricos para as temáticas delimitadas neste estudo. No terceiro acontece a contextualização da pesquisa e a discussão dos dados coletados.

CAPÍTULO 1 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E O SISTEMA DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DO RS NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

1.1 Considerações iniciais

A palavra Gestão advém do grego e significa executar, gerar, exercer, carregar, ou seja, por meio de discussão e diálogo, desenvolver e organizar uma realidade através do envolvimento com o coletivo. Sua raiz etimológica em “ger” segundo Cury (2002) significa a possibilidade de fazer brotar, germinar, fazer nascer. O conceito de gestão segundo Lück (1996):

[...] está associado “à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva” (LÜCK, 1996, p.17).

Muito se tem discutido no Brasil sobre qualificar a educação e tornar mais efetivo os processos de ensino e/ou aprendizagem. As Legislações brasileiras vêm evoluindo neste sentido desde a Constituição de 1988, na busca de garantir processos educacionais democráticos, oportunizando a participação de todos nas decisões ligadas a educação sejam eles pais, alunos, professores ou demais agentes da comunidade escolar. A Constituição Federal (1988) traz entre seus princípios a gestão democrática do ensino na forma de lei. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 9.394/96 (1996) em seus artigos 14 e 15 prevê que cada instituição de ensino deverá definir as normas da gestão democrática garantindo a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP e da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes. Bem como garantindo as instituições autonomia pedagógica e administrativa (BRASIL, 1996).

No Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), assegura que no prazo de dois anos deverá se efetivar a gestão democrática, trazendo na meta 19 que a gestão deverá estar associada a critérios técnicos de mérito e desempenho bem como a consulta pública a comunidade escolar. O plano traz a gestão democrática como indicador de qualidade da educação. Todas elas amparam a realização da Gestão Democrática (BRASIL, 2014).

Mesmo estando garantida em todas essas legislações, muitas instituições não tem clareza da importância do PPP, do que contém, nem para que deve ser utilizado. Em muitos locais ele torna-se um documento obrigatório, muitas vezes bem escrito, por poucos, e engavetado, sem nenhuma aplicação. Muitas escolas não compreendem que o PPP é um documento provisório e precisa estar em constante modificação de acordo com as necessidades de cada instituição.

A implementação e efetivação do PPP dentro de uma escola é uma das funções da Gestão e esta por sua vez precisa articular a participação de todos os setores da comunidade escolar neste trabalho. Para superar os desafios da sociedade moderna e transformar a educação buscando um ensino de qualidade e a valorização dos profissionais da educação é necessário pensar a gestão de uma escola de forma democrática e participativa como afirma Gadotti (1994).

Nesta linha de pensamento, segundo Veiga (2000) é preciso entender que o Projeto Político-Pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico que inclui trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. Nesta perspectiva, e considerando os investimentos realizados pelo Estado do Rio Grande do Sul na busca de construir um sistema de avaliação participativo que proporcione o diagnóstico institucional do conjunto da rede estadual feita pelos próprios protagonistas (professores, alunos, pais, funcionários e gestores) é que se busca aqui compreender se existe a possibilidade de relacionar o SEAP, seus dados e constatações a construção coletiva do PPP de escolas estaduais tendo como indicadores os dados levantados na avaliação a fim de promoverem as ações necessárias à qualificação da educação do estado do Rio grande do sul.

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu em nível de política pública de Estado um Sistema de Avaliação Participativa (SEAP) que visa construir um diagnóstico qualitativo de todas as instâncias da rede estadual de ensino buscando através destes dados aperfeiçoarem a gestão educacional e o controle público e incidir na melhoria do processo de ensino-aprendizagem objetivando alcançar uma educação de qualidade social com cidadania. De acordo com os procedimentos encaminhados e os critérios para aplicação do SEAP, as instituições precisam propiciar ou deveriam proporcionar a todos os segmentos escolares a participação neste processo.

Considerando que o Projeto Político-Pedagógico dentro de uma perspectiva democrática é o detentor máximo do poder dentro de uma instituição e que é através

dele que são delimitadas as metas, objetivos, ideais e ações a serem tomadas por todos os segmentos escolares na busca de qualificar a escola, delimita-se o seguinte problema de pesquisa: De que modo os dados levantados pelo SEAP repercutem na reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual de Passo Fundo (RS)?

Dentro das instâncias abordadas pelo SEAP, neste trabalho iremos considerar a influência destes dados diretamente na escola, visto que neste ano de 2015 as escolas estaduais do município de Passo Fundo (RS) realizaram a reformulação dos seus PPAP já de posse dos dados do SEAP. Durante o desenvolvimento desta pesquisa iremos avaliar o instrumento como um todo dentro de uma instituição estadual do município de Passo Fundo (RS).

Temos aqui como objetivo geral: Analisar de que modo os dados levantados pelo SEAP repercutem na reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual de Passo Fundo (RS).

A partir do objetivo geral, foram elaborados os objetivos específicos: Compreender a aplicação dos dados obtidos pelo Sistema Estadual de Avaliação Participativa em uma escola estadual de Passo Fundo (RS); Analisar por meio de colaboradores, as relações existentes entre Projeto Político Pedagógico e SEAP na escola pesquisada; Investigar as possíveis intervenções de uma proposta Político-Pedagógico que tenha como uma das suas bases os dados levantados pelo SEAP.

1.2 Encaminhamentos Metodológicos

1.2.1 Abordagem metodológica

A área da educação possui grande complexidade no que se refere a suas possibilidades de estudo. Como seu campo é amplo e repleto de fatores, indivíduos e subjetividade, que na maioria das vezes não consegue ser tabulada e expressa somente por dados quantitativos, é necessário ampliar as capacidades de interpretação e garantir a confiabilidade, rigorosidade teórica e realmente contribuir com as inquietações e problemáticas que envolvem o campo de análise.

As instituições de ensino superior possuem como requisito obrigatório para conclusão dos cursos de Pós-graduação o chamado trabalho de conclusão de Curso, este dependendo da instituição pode ser elaborado em forma de artigo ou

monografia. Independente da opção escolhida pela instituição de ensino, todas visam a realização e efetivação de um trabalho de pesquisa e que na maioria das vezes utiliza-se da escola pública como objeto de estudo. Para efetivação desta pesquisa optou-se por realizar uma abordagem qualitativa, buscando valorizar o processo e não apenas os resultados obtidos. Para André (2001, p.59) faz-se fundamental que os trabalhos deste campo de pesquisa: “apresentem relevância social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fique evidente sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social”. No campo das Ciências Sociais a pesquisa qualitativa assume diferentes significados como:

Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN,1979, p.520).

Compreender esse sistema complexo de significados é sem dúvida aproximar a pesquisa do objeto pesquisado, dar significado para prática através da teoria e validar a teoria através da prática pesquisada. No cenário educacional muitas são as relações que envolvem os sujeitos do processo, por vezes torna-se impossível de quantificar os dados, pois neles muitos fatores estão explícitos ou implícitos. Segundo Quadros (2010) a pesquisa qualitativa pressupõe:

[...] expressiva pluralidade de temas, enfoques, abordagens e perguntas; entendimento de que há uma relação dinâmica e um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números; que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa; que o processo e seus significados são os focos principais da abordagem (QUADROS, 2010, p.12).

Por se tratar de sujeitos e suas realidades indissociáveis, é preciso considerar a amplitude que envolve as ações dos indivíduos em seus coletivos. Para Duarte, (2002, p. 151) “os métodos qualitativos fornecem dados muito mais significativos e densos, mas também muito difíceis de se analisarem”. Devido à complexidade das informações coletadas, é necessário ter clareza daquilo que se quer para que não ajam equívocos ou dispersão na pesquisa. Segundo Duarte (2002):

A pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis (DUARTE, 2002).

Ao pesquisar as realidades que envolvem sujeitos tão complexos e cheios de particularidades é necessário considerar seus contextos para perceber e identificar fatores que influenciam suas ações e que não podem ser traduzidos em números. As pesquisas qualitativas trazem ao conhecimento, dados não quantificáveis, mas que são de suma importância ao estudo. Neste tipo de pesquisa:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; TOLFO; SILVEIRA; 2009, p.32).

Através dos métodos qualitativos, é possível compreender o porquê das coisas, não apenas leva-las ao conhecimento, como fatos ou dados, é sim explicar o como, porque e as implicações dessas informações, mas para que isso se realize, é necessário a escolha adequada da metodologia de pesquisa. Para a realização desta pesquisa qualitativa, como abordagem metodológica, optou-se pelo estudo de caso considerado o tempo estimado para pesquisa e os objetivos estabelecidos no projeto. Nesta perspectiva:

Deve-se levar em consideração variáveis e influencias internas e externas. Em termos gerais, há, pelo menos três situações nas quais o estudo de caso é indicado: quando o caso em pauta é adequado para testar uma hipótese ou teoria previamente explicitada; quando o fato ou fenômeno seja extremo ou único ou quando o pesquisador tem acesso a uma situação ou fenômeno até então inacessível à investigação (QUADROS, 2010).

As investigações que perpassam o estudo de caso se validam em situações mais específicas de investigação, se concentrando em estudos que buscam testar ou compreender teorias, quando esses são únicos ou ainda quando o pesquisador tiver contato com algo inacessível até então. O estudo de caso como o próprio nome diz refere-se então a uma problemática específica de cenário bem definido. Segundo FONSECA (2002):

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Além de se desenvolver com base em situações específicas, o estudo de caso possui um objeto de estudo bem definido, visa conhecer profundamente este objeto e tudo que o cerca, não objetiva intervir nele mas clarear a percepção sobre o mesmo. Desta forma, considerando as características peculiares ao estudo de caso e a dificuldade da delimitação do universo de análise muitas vezes presente durante a pesquisa, buscar-se-á adequar a alternativa metodológica as possíveis necessidades que venham a surgir no decorrer da pesquisa para que se possa contemplar todas as questões de análise dando a elas sua devida importância.

1.2.2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada em uma escola pública Estadual, do município de Passo Fundo (RS), que atende cerca de 1200 estudantes, em três turnos de funcionamento, distribuídos entre o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Sala de Recursos. Tendo entre professores, equipe gestora, funcionários e demais profissionais, setenta pessoas. A infraestrutura da escola contempla dezessete salas de aulas, secretaria, Serviço de Orientação Educacional, Serviço de Orientação de Professores, Direção, Vice-direção, Biblioteca, Sala de leitura, Brinquedoteca, Sala dos Professores, Mecanografia, audiovisual, Salão de Atos, Sala de Vídeo, Cozinha, Refeitório, Sala de Recursos, Laboratório de Informática e Laboratório de Ciências.

Considerando os objetivos da pesquisa e a inserção dos dados do SEAP em um Projeto Político-Pedagógico democrático/participativo colaboradores como o Diretor, vice-diretor, três coordenadores Pedagógicos, Orientador Educacional, quatro professores (sendo dois de Anos Iniciais e dois divididos entre Anos Finais e Ensino Médio, destes, dois novos na escola e dois que possuem mais de cinco anos

de instituição), dois funcionários e quatro pais (sendo dois recentes na escola e dois mais antigos na instituição), responderam a um questionário contendo perguntas relacionadas ao Projeto Político-Pedagógico e outras ligadas ao SEAP, buscando além de sua compreensão sobre o tema, o apontamento de ações que concretizem o PPP e o SEAP. O objetivo em analisar diferentes funções é poder comparar as visões que cada um tem sobre o mesmo tema considerando o espaço que ocupam dentro da instituição. Como o SEAP e o PPP devem ser construídos com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, a pesquisa seguiu a mesma metodologia.

O contato com a escola e com seus participantes foi feito no mês de setembro, inicialmente com a direção com a entrega da carta de apresentação (APÊNDICE A) e com os demais colaboradores para entrega do termo de consentimento livre e esclarecimento (APÊNDICE B). Após esse contato inicial, os colaboradores receberam um questionário, sendo um para os profissionais da educação (professores, orientadores, diretor, vice-diretor, coordenador e funcionários) (APÊNDICE C) e outro para os pais (APÊNDICE D).

Os questionários foram elaborados a partir dos objetivos específicos com perguntas semi-estruturadas. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o questionário que segundo Quadros (2010):

É um instrumento de investigação por meio do qual se pode recolher informações. Baseia-se na inquirição a um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigados (QUADROS, 2010, p.17).

Ainda segundo o Autor para formular um questionário precisamos considerar: a linguagem, a clareza, o formato, tamanho da amostra, formato das questões bem como testar previamente as questões (QUADROS, 2010, p.18).

Também se elegeu como procedimento metodológico a pesquisa documental. Durante a análise documental serão estudados o Projeto Político-Pedagógico da instituição bem como os dados coletados através de SEAP para a mesma escola. No Projeto Político-Pedagógico foram observados se os dados obtidos através do SEAP foram considerados na construção deste documento e se as propostas nele estabelecidas estipularam metas com o objetivo de superar as dificuldades verificadas pelo SEAP.

A pesquisa documental, tem grande valor em educação, pois pode reconstruir caminhos, esclarecer trajetórias trazendo grandes informações com riquezas de detalhes.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI; 2009, p.2).

Através da compreensão histórica e sociocultural muito do cenário pesquisado torna-se explicável e realmente conhecido. O método de Pesquisa Documental segundo Gauthier trata-se:

[...] de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência-presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida. (GAUTHIER, 1984, p. 296).

A compreensão histórica e sociocultural através da pesquisa documental torna clara, objetiva e livre de influências do pesquisador a realidade e o objeto pesquisado, para a realização dessas análises, os dados passaram por categorização simples, aproximada da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Para realização da pesquisa seguiremos a seguinte sistemática, conforme Bardin (1977):

- Pré-análise: este é o momento de organizar o material, de escolher os documentos a serem analisados, formular hipóteses ou questões norteadoras, elaborar indicativos que fundamentem a interpretação final.
- Exploração do material: É a realização das decisões tomadas na pré-análise. É o momento de codificação;
- Tratamento dos resultados

Seguindo esta sistemática, chegamos ao tratamento dos resultados parte conclusiva do processo. Ainda segundo Bardin (1977), o tratamento dos resultados pressupõe:

- A inferência se orienta por diversos pólos de atenção, que são os pólos de atração da comunicação. Numa comunicação há sempre o emissor e o receptor, os pólos de inferência propriamente ditos, além da mensagem e o seu suporte, ou canal.
- O emissor é o produtor da mensagem. É um indivíduo ou um grupo de indivíduos. A mensagem que ele emite, representa-o.
- O receptor pode ser um indivíduo. Assim, o estudo da mensagem pode fornecer dados sobre o público a que ela se destina.
- A mensagem é o ponto de partida de qualquer análise. Na análise da mensagem, é possível estudar o continente ou o conteúdo, ou os significantes ou os significados, ou o código ou a significação.
- O canal, o meio, o instrumento, o suporte material do código, serve mais para procedimentos experimentais do que para análise de conteúdo.(BARDIN, 1977, p.3)

Nesta monografia, como fase pré-análise houve a separação dos documentos PPP e SEAP bem como a formulação e entrega dos questionários ao grupo que fez parte da pesquisa. No momento de exploração do material foram feitas as leituras, a sistematização dos dados e a separação das questões por categorias. Para o tratamento dos resultados foi realizada uma análise profunda entre documentos, respostas e fundamentação teórica das probabilidades explícitas e implícitas nas respostas e no material estudando, confrontando com os objetivos e a problemática da pesquisa. Buscando assim concluir se realmente existe uma relação possível entre Projeto Político-Pedagógico e Sistema Estadual de Avaliação Participativa na busca de uma escola de qualidade.

CAPÍTULO 2 - PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SISTEMA ESTADUAL DE AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA INTERDEPENDÊNCIA EM UM PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.

2.1 Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática

As políticas educacionais perpassam uma trajetória histórica repleta de mudanças e entendimentos que de acordo com o cenário educacional delinearão e direcionaram o ensino. A gestão antes compreendida como administração escolar por muitos teóricos tomou outro sentido nos últimos tempos, ampliando seu significado, bem como os componentes participantes e atuantes do processo. As instituições escolares vêm desenvolvendo diferentes tentativas de implantação de um sistema de gestão mais democrática e capaz de processos que possam suprir os desafios atuais. Diferentes políticas públicas incentivam a qualificação dos professores e cada vez mais se debate a formação dos gestores que muitas vezes são professores prematuramente em estado de gestor e que nem sempre se sentem preparados para tal função. Segundo Morosini e Bittar (2006), as políticas públicas:

[...] via de regra, são formuladas num processo contraditório e complexo, pois envolvem interesses de vários segmentos que desejam garantir direitos, especialmente aqueles vinculados às necessidades básicas dos cidadãos, como educação, saúde, assistência e previdência social. Dependendo da correlação de forças dos representantes desses segmentos essas políticas podem intensificar seu caráter “público”, isto é, atender as necessidades de quase todos, da coletividade, acima dos interesses privados, de determinados grupos no poder. É o Estado em ação (MOROSINI; BITTAR, 2006, p.165).

A gestão democrática parte do pressuposto que todos os integrantes da comunidade escolar possuem vez e voz dentro do processo de decisão, desta forma também como todos decidem, todos são responsáveis pelo processo e pelos resultados.

As influências que adentram a escola possuem padrões macro e micro na esfera educacional. A política, os planos de governo, as leis educacionais, os planos de educação de âmbito federal e estadual, bem como o municipal atingem a instituição de acordo com o órgão a que pertencem e a gestão precisa lidar com todos estes poderes. No entanto, o fortalecimento interno, a clareza das pretensões da escola, um bom planejamento e um Projeto Político-Pedagógico claro e efetivo podem dar a autonomia que tanto se almeja, como afirma Vieira (2007):

[...] não dispensa a relação entre escolas, sistemas de ensino e poderes, tampouco é a liberdade e a direção dada por apenas um segmento social (...) A autonomia é sempre de um coletivo, a comunidade escolar, e para ser legítima e legitimada depende de que este coletivo reconheça sua identidade em um todo mais amplo e diverso, que por sua vez o reconhecerá como parte de si. A autonomia, portanto, se edifica na confluência e negociação de várias lógicas e interesses; acontece em um campo de forças no qual se confrontam e equilibram diferentes poderes de influência, internos e externos (VIEIRA, 2007, p.11).

Para que se possa estabelecer e projetar metas, torna-se necessário refletir sobre tudo que se tem, dessa forma nada melhor do que os integrantes da comunidade escolar para processar as dificuldades e os pontos positivos existentes. A LDBEN 9.394/96 em seu artigo 12 prevê que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa (BRASIL, 1996, p.6). Assim sendo, o projeto pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão.

Em relação a construção do PPP das instituições a LDBEN 9393/96 (BRASIL, 1996) prevê em seu artigo 13 a participação dos docentes que deverão:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p.6)

Todos fazem parte desse processo de construção, manutenção, prática e reelaboração do projeto. Para garantir a efetiva participação da comunidade escolar, em seu artigo 14, os sistemas de ensino definem que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p.7)

Dentro desse processo de construção do PPP, em uma gestão democrática, com a participação de todos os componentes da comunidade escolar, muitos são os projetos e metas assumidas pela escola para atingir uma qualidade na educação. Segundo Gadotti (2001):

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 2001, p. 18).

Nesta perspectiva de Gadotti, Veiga (2002) considera que o PPP, vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. Para ela:

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2002, p.1).

A autora também percebe que ao constituir o PPP em processo democrático de decisões, torna-se necessário instaurar formas organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, elimine a competitividade, corporativas e autoritárias, diminuindo assim o trabalho fragmentado e a diferença de poderes de decisão na escola (VEIGA, 2002). Para a autora, essa nova organização escolar, constitui uma certa ousadia para todos os componentes da comunidade escolar. Para tanto é necessário:

E para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto político-pedagógico. A questão é, pois, saber a qual referencial temos que recorrer para a compreensão de nossa prática pedagógica. Nesse sentido, temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola. Uma teoria que subsidie o projeto político-pedagógico e, por sua vez, a prática pedagógica que ali se processa deve estar ligada aos interesses da maioria da população. Faz-se necessário, também, o domínio das bases teórico-metodológicas indispensáveis à

concretização das concepções assumidas coletivamente (VEIGA, 2002, p. 2).

Compreender, selecionar e desenvolver junto a comunidade escolar uma fundamentação teórica que dê sustentação ao trabalho realizado no dia a dia da escola consiste em estudo e formação, para tanto, segundo Libâneo (2001) o projeto pedagógico "deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola, tendo em conta as características do instituído e do instituinte" (p. 125). Sabe-se que para recheiar as discussões e melhorar os processos pedagógicos é necessário investir e qualificar os profissionais da educação para que se possa ampliar os horizontes e ir além do cotidiano. Somente pela experiência não se modifica o estado, então necessita estudar, teorizar, discutir, embasar aquilo que pensa e quer na busca de alternativas para os problemas que surgem no dia-a-dia da escola.

É nesse momento que segundo Vasconcellos (1995) o projeto pedagógico deve ser visto como:

um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p. 143).

Para dimensionar as ações Pedagógicas em forma de processo, construir estas relações entre sujeitos e ordenar o exercício do poder é que a escola precisa ter o Projeto Político-Pedagógico que segundo Gadotti (1994, p.42) o Projeto Político-Pedagógico da escola precisa ser entendido como uma maneira de situar-se num horizonte de possibilidades, a partir de respostas e perguntas tais como: que educação se quer? Que tipo de cidadão se deseja e para que projeto de sociedade. Ainda segundo ele não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. (GADOTTI, 2000, p.34)

Cabe ressaltar que segundo Vasconcellos (2000) o Projeto Político-Pedagógico envolve uma construção coletiva de conhecimento. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento.

Para Veiga (2001, p.115) “criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade do processo e conseqüentemente a legitimidade” é uma das formas de garantir uma escola democrática. Alguns destes que poderíamos citar são: Conselho escolar, Conselho de Classe Participativo, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil, cada um proporciona espaço a cada segmento escolar, pais, alunos, professores, funcionários, gestores, para que possam ser ouvidos e participar efetivamente das decisões escolares, necessitando sempre comprometimento e clareza no que diz respeito a suas possíveis intervenções.

A criação e manutenção desses órgãos de gestão representativos da comunidade escolar buscam garantir a democracia, para Dalberio (2008) a Democracia na escola só será real e efetiva se puder contar com a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, inserir-se, participar discutindo, refletindo e interferindo como sujeito nesse espaço.

Estes grupos são parte que vivencia todas as ações e direcionamentos escolares, desta forma conhecem a realidade escolar, seus problemas, desafios e inclusive algumas alternativas. Considerando a constante reflexão a cerca do PPP, Gadotti (2000, p.34) diz que o projeto pedagógico da escola é sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. Ainda para o autor citado acima a participação e a democratização de um sistema público de ensino é uma forma prática de formação para a cidadania que por sua vez é um dos pressupostos da gestão democrática (GADOTTI, 2000).

Nesta perspectiva de Gestão Democrática o poder de decisão e construção, as diretrizes e os caminhos que a instituição escolar vai seguir são formulados por todos os integrantes da comunidade escolar e ficam representados pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Segundo Gadotti (2007) um Projeto Político-Pedagógico da escola precisa apoiar-se:

- 1º) no desenvolvimento da Consciência Crítica;
 - 2º) no envolvimento das pessoas: a comunidade interna e externa à escola;
 - 3º) na participação e na cooperação das várias esferas do governo;
 - 4º) na autonomia, responsabilidade e criatividade como processo e como produto do projeto.
- O projeto da escola depende sobretudo da ousadia dos seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da cara que tem, com o seu cotidiano e o seu tempo-espaço (GADOTTI, 2007, p.7).

Nesta perspectiva legal de construção democrática de uma gestão que procede dentro da legalidade e propicia as condições necessária a participação de todos nas construções escolares, o PPP ocupa parte fundamental quando é nele que se concentra os objetivos, metodologias, concepções teóricas, metas, ações entre outros constituídos pela comunidade escolar em prol da qualidade do ensino e da aprendizagem.

2.2 Sistema Estadual de Avaliação Participativa

O Projeto Político Pedagógico teve seu contexto de criação objetivando qualificar a educação de forma a superar as grandes dificuldades. O Brasil possui várias legislações neste sentido e vem nos últimos anos valendo-se de avaliações em larga escala para verificar se as mudanças propostas a curto, médio e longo prazo, através do Plano Nacional de Educação, estão sendo postas em prática, podemos citar como exemplo o IDEB², o SAEB³, a prova Brasil⁴, a prova ANA⁵ entre outros instrumentos avaliativos que buscam verificar e assegurar a coleta de dados e informações que servirão como base para novos direcionamentos na educação do país.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul através do Decreto 48.744/2011 instituiu o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Estado do Rio Grande do Sul – SEAP/RS. (RIO GRANDE DO SUL, 2014), que segundo a Secretaria de Educação do Estado possui a seguinte finalidade:

Política pública de Estado que busca construir diagnósticos qualitativos de todas as instâncias da Rede Estadual de Ensino para aperfeiçoar a gestão educacional e o controle público e incidir na melhoria do processo de ensino-aprendizagem com vistas a alcançar uma educação de qualidade social com cidadania (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

³ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) , conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

⁴ Avaliação Nacional do Rendimento Escolar também conhecida como Prova Brasil, é uma avaliação criada em 2005 pelo Ministério da Educação.

⁵ A Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA produzirá indicadores que contribuam para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras.

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa do Rio Grande do Sul, vai ao encontro da Resolução Nº 4/2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2013), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, sendo que o inciso II do art. 46 trata da avaliação institucional interna e externa no ambiente educacional e, o inciso III trata da avaliação de redes de Educação Básica, temas explicitados nos art. 52 e 53 da mesma Resolução (Rio Grande do Sul, 2013). Para o CNE (BRASIL, 2010, p. 16):

Art. 52. A avaliação institucional interna deve ser prevista no projeto político pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objetivos e metas a serem concretizados, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola.

Art. 53. A avaliação de redes de Educação Básica ocorre periodicamente, é realizada por órgãos externos à escola e engloba os resultados da avaliação institucional, sendo que os resultados dessa avaliação sinalizam para a sociedade se a escola apresenta qualidade suficiente para continuar funcionando como está.

O artigo 52 do CNE, já destaca a relação entre o PPP e a avaliação de larga escala, neste caso o SEAP, que deve estar prevista no documento e detalhada no plano de gestão. Esse Sistema de avaliação possui diretrizes que regulamentam sua efetiva aplicação nas diferentes instâncias do ensino. Segundo a regulamentação que rege o SEAP, as dimensões revelam a nível institucional as condições sob as quais funciona cada nível institucional. São elas:

Dimensão 1 - Gestão Institucional;
 Dimensão 2 - Espaço Físico da Instituição;
 Dimensão 3 - Organização e Ambiente de Trabalho;
 Dimensão 4 - Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola;
 Dimensão 5 - Formação dos Profissionais da Educação;
 Dimensão 6 - Práticas Pedagógicas e de Avaliação.

A partir da análise de cada uma delas poderemos verificar os aspectos positivos ou negativos, os avanços ou entraves que existem no dia a dia da escola, CRE e SEDUC.

Os INDICADORES são em número de cinquenta (50), estes são desdobramentos das Dimensões, em que se apresentam as várias questões que pormenorizam o funcionamento de um determinado aspecto da tarefa de gestão.

Os DESCRITORES, sempre numa gradação de 1 a 5, apresentam cada indicador em vários cenários - da situação mais crítica (1) à situação mais favorável (5). São detalhamentos dos indicadores, que pontuam a qualidade e gradação (dos pontos fortes aos mais fracos) das condições da existência de cada indicador (apontam como aquele indicador estaria bem ou mal).

A cada pontuação assinalada corresponde uma justificativa. Esta deve ser resultado da discussão coletiva, durante a construção dos diagnósticos. O conteúdo da justificativa será decisivo na qualificação da pontuação, bem como trará elementos importantes na definição de metas do futuro planejamento. (RIO GRANDE DO SUL, p. 13, 2014)

As Dimensões, os indicadores e os descritores, delimitam as questões no sentido de delinearem o cenário educacional através das respostas obtidas aos questionamentos. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão 2011 a 2014 procurou desenvolver sua concepção de educação de qualidade social como direito a cidadania, considerando que qualidade social implica:

[...] em uma educação escolar pública com padrões de excelência e adequação aos interesses da maioria da população, que incorpore os princípios constitucionais da gestão democrática e da igualdade de condições para o acesso e permanência e a avaliação institucional sistemática como método participativo de qualificação do processo de ensino e de aprendizagem (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p.10).

O SEAP busca através da participação de todos, qualificar o processo de ensino aprendizagem. As diretrizes do SEAP buscam a Democratização e Qualidade do Ensino com Cidadania através dos seguintes eixos estratégicos: Reestruturação Física nas escolas e Modernização Tecnológica; Reestruturação Curricular e Formação Continuada; Qualificação do Sistema e Democratização da Gestão; Valorização Profissional. Conforme as orientações do SEAP, o fundamental para sua efetiva realização é a participação e compromisso de todos, utilizando-se do diálogo entre os agentes internos e externos, considerado como importante momento pedagógico de reflexão sobre a educação estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A proposta do SEAP segue os princípios de participação de toda comunidade escolar, dentro da ideia de constituir-se no processo de Gestão Democrática segundo a Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, atualizada até a Lei nº 13.990, de 15 de maio de 2012 (Rio Grande do Sul, 2014) que rege e assegura a prática de Gestão Democrática no Estado do Rio Grande do Sul, que traz em seu artigo primeiro:

Art. 1º - A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado, será exercida na forma desta lei, com vista à observância dos seguintes preceitos:

I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

- II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;
- III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;
- IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
- V - garantia da descentralização do processo educacional;
- VI - valorização dos profissionais da educação;
- VII - eficiência no uso dos recursos (BRASIL, 1995, p.1).

A Lei que garante a gestão democrática visa validar os processos garantindo a descentralização do poder e compartilhando tanto as decisões como os deveres entre todos os seguimentos escolares. Para tanto, torna-se necessário verificar se tudo que é proposto e que consta nos documentos é efetivo, prático. O SEAP constitui sua proposta para avaliação da escola em três etapas: diagnóstico preliminar através do conselho escolar, reuniões e escolha de representantes de cada segmento e lançamento dos dados no portal operacional, dados estes coletados durante as reuniões.

O conceito de gestão está associado “à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva” (LÜCK, 1996, p.17).

Desta forma observando a relevância da construção efetiva do Projeto Político-Pedagógico e os objetivos que constituem o SEAP é que se busca constituir as possíveis “alianças” dessa relação na tentativa de qualificar a educação no Estado do Rio Grande do Sul e todo esse processo de qualificação passa por ações democráticas construídas e desenvolvidas na gestão escolar.

O SEAP-RS desafia todos os envolvidos no processo a realizar um diagnóstico e a planejar ações a partir dele, monitorando a execução invertendo a tradicional lógica vertical de gestão. Constrói uma nova cultura, onde todos os atores da vida escolar são considerados, através de um processo de autoavaliação. Isso significa ter intencionalidade de qualificar a gestão, priorizando a participação de todos no fazer da escola, dando ênfase ao aspecto pedagógico, expresso no Projeto Político Pedagógico, no Plano Anual e no planejamento de cada professor que está na escola (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p.78).

Embora o SEAP seja um instrumento avaliativo externo e nos ajuda a avaliar e repensar a escola, elencar os pontos frágeis da instituição escolar não é concluinte nesse processo, é necessário que a escola seja autônoma na procura de ações que venham a sanar estas dificuldades. Segundo Veiga (2002):

A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe dêem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino (VEIGA, 2002, p.1)

O desafio de participar do SEAP, quando tomado para si e desenvolvido de forma consciente e prática, quebra paradigmas, rompe barreiras e constitui-se em um fazer avaliativo constante de si, da escola, dos outros, enfim de tudo e de todos sendo pesquisador e pesquisado da prática escolar, visando atingir o ensino aprendizagem de forma positiva. O processo de aplicação e efetiva realização do SEAP nas instituições escolares necessita de uma compreensão da sua dinâmica de realização, bem como da capacidade de mobilização do grupo gestor em realizar o processo de forma transparente, participativa e efetiva dentro das escolas.

2.3 O Projeto Político Administrativo e Pedagógico nas instituições estaduais de ensino.

O Estado do Rio Grande do Sul orienta suas escolas na constituição de um Projeto Político, Administrativo e Pedagógico (PPAP) que se constitui como documento oficial, máximo do poder dentro da instituição de ensino. Este deve ser:

resultado da construção coletiva de toda a Comunidade Escolar, com a participação e aprovação do Conselho Escolar, respeitando as disposições legais e a Gestão Democrática do ensino, considerando a realidade onde a escola se localiza e suas relações para além deste espaço. Neste sentido complementam-se Projeto Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Direção: “O projeto Pedagógico é o sonho sonhado, o idealizado. O Regimento Escolar é a diretriz orientadora. O Plano de Direção, ou Global, é a agenda de trabalho” (Parecer CEED RS n.º 323/99). O Projeto Político Administrativo e Pedagógico contempla a fase de desenvolvimento e a possibilidade de construção de projetos de vida, elegendo como referenciais: o trabalho como princípio educativo e a politecnicidade, compreendida como o domínio intelectual da técnica. (RIO GRANDE DO SUL, p.8, 2013)

Desta forma PPP, regimento e Plano de Direção, constituídos com dados da comunidade escolar, constroem “caminhos” para uma educação mais eficiente e qualificada.

CAPÍTULO 3 – POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DE UMA PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA A PARTIR DO SEAP

3.1 Contextualização da escola pesquisada

A instituição onde a pesquisa foi realizada fica localizada na cidade de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul. A escola fica rodeada por diferentes bairros com características extremas, de um lado, um bairro nobre, com residenciais tradicionais e de renome, do outro, onde reside a maior parte dos estudantes, bairros com moradores na maioria assalariados, autônomos, subempregados ou desempregados. A maioria dos pais trabalham no setor terciário e quase 50% das mães trabalham fora do lar, em média, as famílias possuem de 3 a 4 filhos e a renda está em torno de zero a cinco salários mínimos.

A escola está construída em uma área de 2000m² sendo que desta 1200m² são de área construída. Sendo sala de Secretaria, sala dos professores, salas de aula, sala de recursos, Laboratório de Ciências, Sala de recursos, sala da Direção, Supervisão/ Coordenação, Biblioteca, almoxarifado, dois banheiro, salão de atos, cozinha e refeitório, sala de vídeo, brinquedoteca, Laboratório de Informática, pátio coberto e quadra de esportes.

O grupo escolar é composto por professores, funcionários administrativos, funcionários quadro geral, monitores, Coordenadores Pedagógicos, Supervisor Escolar e Orientadores Educacionais. A gestão escolar é exercida pela direção da Escola, eleita pela comunidade escolar junto com seus vice-diretores, compartilhada com Conselho Escolar, O Circulo de Pais e Mestres (CPM) e Grêmio Estudantil.

Atende aproximadamente 1.200 alunos, em três turnos de funcionamento, distribuídos entre Ensino Fundamental, Ensino Médio e Sala de Recursos. Além do Programa Mais Educação, que fornece turno integral aos alunos dos sexto e sétimos anos.

Para realização da pesquisa foram utilizadas as respostas referentes ao questionário aplicado na escola e que foi respondido por três pais (PA1, PA2 e PA3), quatro professores (P1, P2, P3 e P4), um Orientador Educacional (OE), duas Coordenadoras Pedagógicas (CP1 e CP2) e a Diretora (D). Outros profissionais foram procurados, mas não tivemos o retorno dos questionários sendo eles: duas vice-diretoras, uma Coordenadora Pedagógica, dois funcionários e um pai de aluno.

Os participantes foram questionados quanto a sua formação, estes possuem formação a nível superior, tendo apenas um com formação a nível médio (Professor 3). Os profissionais da Educação possuem a seguinte formação: três possuem Pedagogia (Diretora, Coordenadora Pedagógica 2, Professora 4), com especialização Gestão e Supervisão Escolar. Cinco possuem curso superior com formações em diferentes áreas como Coordenadora Pedagógica 1 Ciências Biológicas, Orientadora Educacional Educação Física, Professora 1 História, Professora 2 Letras e Professora 3 Artes. Entre os professores dois atuam a vinte e cinco anos nesta instituição (Professora 2 e Professora 3), uma a três anos (Professora 4) e a outra há vinte e quatro anos (Professora 1). Já da equipe diretiva, Diretora possui vinte e oito anos de atuação na escola, sendo três no cargo, Coordenadora Pedagógica 1 treze anos na escola e três no cargo, Coordenadora Pedagógica 2 trinta e quatro anos, sendo vinte no cargo, Orientadora Educacional um ano na escola e no cargo. Entre os pais, duas são Pedagogas (Pai 1 e Pai 2) e uma dessas ainda possui formação em Psicologia (Pai 1), sendo ambas professoras em instituição de Educação Infantil. A Pai 3 é Técnica em Enfermagem. Os pais 1 e 2 tem os filhos na escola há um ano, Pai 3 já frequenta a instituição há três anos.

A escola nesta pesquisa será chamada de Educar, para manter o direito e o sigilo dos pesquisados.

Os dados do SEAP obtidos na Escola Educar, se referem a informações coletadas junto à comunidade escolar referentes a seis dimensões, são elas: Gestão Institucional, Espaço Físico da Instituição, Organização e Ambiente de Trabalho, Condições de Acesso, Permanência e Sucesso na Escola, Formação dos Profissionais da Educação e Práticas Pedagógicas e de Avaliação. Estes dados ficam armazenados nas Coordenadorias Regionais de Educação Estaduais e servem como indicadores de ações a serem desenvolvidas na busca de uma educação de melhor qualidade.

Durante a pesquisa tivemos acesso ao material usado durante o processo de coleta de dados do SEAP, os questionários, as respostas, as listas de participantes, o primeiro PPP construído com alguns apontamentos do SEAP, e ainda aos dados produzidos com os colaboradores. Infelizmente não tivemos acesso ao novo documento PPAP (Projeto Político Pedagógico e Administrativo), pois a escola alegou estar em aprovação na Sétima Coordenadoria Regional de Educação e que

sendo documento oficial não poderia ser retirado da escola. Os dados lançados no sistema também não se teve acesso.

3.2 Onde se aplicam os dados do Sistema Estadual De Avaliação Participativa obtidos pela escola?

O Objetivo inicial deste trabalho procurou compreender a aplicação dos dados obtidos pelo Sistema Estadual de Avaliação Participativa em uma escola estadual de Passo Fundo (RS). Inicialmente foi feita a análise da metodologia utilizada para obtenção destes dados, e conforme as orientações do caderno do SEAP, a primeira necessidade deveria ser a constituição de equipes representativas de cada segmento e em seguida reuniões, encontros desses grupos dinamizadores com o grupo geral de cada setor, na busca de apontar as necessidades, fragilidades, metas e ações a serem desenvolvidas através do SEAP. Conforme a documentação do SEAP, as reuniões não tiveram grupos significativos, considerando o total de pais, alunos, professores e funcionários. Tendo como objetivo principal “Avaliar e diagnosticar a situação real” da instituição o SEAP segundo a pesquisada P4 (2015):

O SEAP constitui-se em elemento importante para a revisitação e acompanhamento do desenvolvimento da educação escolar no sentido de repensar enquanto sistema de ensino e aprendizagem com a participação dos segmentos escolares. Isso caso fosse efetivado em sua totalidade nas escolas, infelizmente é o que não acontece, pois a participação tem sido vivenciada no cotidiano escolar de maneira privilegiar a manutenção de um status quo e vontades (individuais, individuais).

A professora P4 (2015) apresenta a categoria “participação” e ressalta a importância do SEAP se este fosse efetivado na instituição de forma participativa. No entanto o processo metodológico desta participação não vem atingindo de forma direta todos os participantes. Existe a necessidade de um aprofundamento teórico no sentido de fortalecer a gestão democrática e construir um dialogo entre os segmentos. Formar para transformar, permitir e construir com as pessoas a participação efetiva nos processos educacionais.

D (2015) apresenta a categoria “participação” tendo a “comunidades escolares como foco”. As comunidades escolares foram questionadas e suas opiniões foram o foco no preenchimento; cabe questionar se a comunidade foi consultada como protagonista ou coadjuvante do processo. Durante esta consulta,

foi levantada a necessidade de se construir lideranças na escola, trabalhar direto com a comunidade, maior comunicação entre os segmentos, urgência em diminuir altos índices de repetência, evitar a evasão escolar, qualificação e formação dos professores e elaboração dos planos de estudos. Estes indicativos serviram para construção do PPP, responderam ao SEAP e fizeram parte da construção do PPAP em dois mil e quinze.

Os dados constam nos documentos oficiais, tanto PPAP, quanto regimento ou SEAP, no entanto não vem atingindo a comunidade escolar e nem influenciando a prática pedagógica da instituição.

A Coordenação Pedagógica destaca a categoria “diagnóstico” como princípio fundante do SEAP. A Coordenadora acredita que Através do SEAP, pode-se obter um diagnóstico que relata a real situação da escola, o que possibilita avaliar os meios e os recursos disponíveis para viabilizar as mudanças necessárias. Com o SEAP é possível apontar as dificuldades que a escola vem enfrentando. (CP1, 2015).

No entanto, a expectativa da escola era que essas informações viabilizassem recursos para o melhoramento e a solução dos problemas e isso não ocorreu. Mesmo tendo levantado como urgência a parte estrutural muito danificada na escola, essa não teve nenhum retorno, apenas medidas paliativas no que se refere a seus problemas estruturais.

O grupo dinamizador não possui total compreensão do processo SEAP que conforme as orientações da SEDUC/RS se constitui durante todo ano conforme calendário determinado de fase de coleta, análise e devolutiva dos dados, mesmo assim acreditam necessitar de solicitação e cobrança dessas informações conforme nos diz D (2015):

Notou-se que nos últimos dois anos sua elaboração veio da noite para o dia não sendo possível se fazer realmente um bom trabalho de pesquisa e de relato, onde a realidade da escola como um todo fosse expresso. Infelizmente as questões levantadas só ficam no papel e as soluções desses problemas como na maioria das vezes não se possui recursos suficientes para saná-los, não são solucionados. As verbas destinadas à escola são emergenciais e são gastas com material de expediente e de consumo, não sendo possível uma programação para recuperação das pendências da instituição (D, 2015).

As orientações da SEDUC seguem a imagem abaixo e estão disponíveis no site da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul e nos cadernos de Orientação do SEAP, distribuídos para as escolas, estando descrito na página 14 do caderno dois intitulado: A Avaliação Institucional Coletiva da Escola.

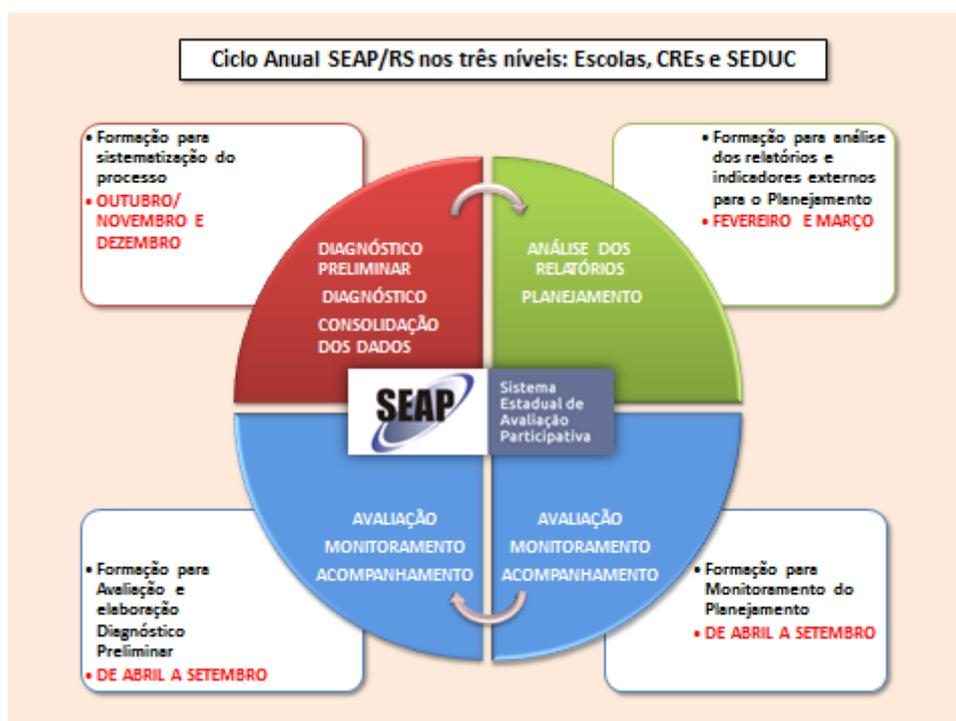


Figura 1 – Ciclo Anual SEAP/RS nos três níveis: Escolas, CREs e SEDUC
Fonte: Rio Grande do Sul, 2014, p.14.

D (2015) evidencia como categoria “pesquisa”, através da necessidade de um trabalho de pesquisa e de relato a complexidade do processo e a dificuldade em compreendê-lo na íntegra torna-se um obstáculo para que esse seja desenvolvido de forma a ser participativo e que retrate um diagnóstico real. D (2015) demonstra a necessidade de uma formação continuada não apenas aos professores e sim ao grupo dinamizador para que se oriente e consiga organizar um processo mais coletivo e transparente. Contribuindo para a constatação da colaboradora, Levinski (2013) analisa que a formação continuada é suporte para o enfrentamento e a qualificação do processo educativo escolar.

É necessário reconhecer que as ações da formação formam e transformam e, nesse ato, exigem reinvenção para continuar o processo com significação; que a prática tecida pelos protagonistas é objeto de investigação, reflexão e teorização; que as iniciativas descontextualizadas e sem planejamento tendem a fragmentar e enfraquecer o programa; que os grupos dinamizadores precisam de constante formação para assessorar e

mobilizar o coletivo e que perante às responsabilidades assumidas, também está na condição de aprendiz, constituindo a sua própria formação; que o “olhar” transcende a dimensão local para oxigenar o próprio cotidiano; que a escuta e a fala são fatores determinantes para os sujeitos estabelecerem interlocução e sentirem-se parte e que a vontade e amparo da gestão escolar e do sistema são indispensáveis para a formação continuada (LEVINSKI, 2013, p.10).

Para os pais participantes desta pesquisa não houve participação efetiva desse segmento escolar. PA2 e PA3 embora presentes na escola nunca participaram das pesquisas do SEAP. Já PA1(2015) acrescenta que:

Eu não participei da construção do SEAP, mas acredito que ao colocá-lo em prática, o mesmo “estrita” as relações pais/ alunos/ professores, fazendo com que todos dêem a sua contribuição ao avaliar o desenvolvimento e crescimento dos alunos, proporcionando aos pais uma autonomia maior para contribuir no processo avaliativo dos alunos (PA1, 2015).

PA1 refere-se à categoria “autonomia” como elemento essencial no processo avaliativo, este se qualifica e vai ao encontro de um dos apontamentos do SEAP na escola Educar que considera essa relação escola/família “enfraquecida” e aponta a comunicação e a participação como possibilidades de solucionar e fortalecer esses laços visando aprimorar o processo de ensino/aprendizagem e garantir a permanência dos estudantes na escola.

Os dados coletados pelo SEAP na Escola Educar foram obtidos com um percentual pequeno da comunidade escolar. Metodologicamente também não se constituíram de forma adequada, pois no caso dos professores, os seis indicadores foram divididos e cada grupo desses profissionais respondeu apenas a uma parte do SEAP. Como o grupo escolar não compreendeu e nem teve acesso a todos os dados, não se sente “pertencido” nem ao SEAP, nem ao PPP. Desta forma o diagnóstico do SEAP faz parte dos documentos oficiais mas não modifica o cenário educacional pois os protagonistas do processo não se sentem sujeitos deste e assim não o efetivam na prática.

3.3 PPP e SEAP: o que pensam seus protagonistas

Buscando analisar por meio de colaboradores, se há uma possível relação entre Projeto Político Pedagógico e SEAP na escola pesquisada, foi questionado aos participantes sobre a importância do PPP, do SEAP e se percebem uma relação

possível entre eles na busca de qualificar as instituições de ensino, bem como foi a sua participação na construção desses documentos.

A orientação da escola informou que pouco participou da construção, e nada influência no trabalho desenvolvido pela Orientação Educacional (OE, 2015).

As categorias “Participação e diagnóstico” ganham aqui o complemento de outra categoria que modifica e coloca em prática as ações encaminhadas pelo “coletivo”, destaca-se as “ações pedagógicas” como elemento pleno de efetivação do processo ensino/aprendizagem.

A participação e o diagnóstico são apenas o início de um processo de qualificação da educação através da democratização da Gestão. Para que o diagnóstico constitua ações que efetivamente qualifiquem o trabalho, é necessário que ele faça parte da compreensão do coletivo e constitua uma reflexão das ações pedagógicas pois é através do processo pedagógico que as ações construídas pelo coletivo se efetivam na escola.

Para os professores, o PPP possui grande importância nas ações pedagógicas, mas destacam que este não tem sido vivenciado na instituição. Segundo P2 (2015).

O PPP é a identidade da escola, um documento que vai direcionar as ações pedagógicas, que deve ser construído coletivamente, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Apesar de pensar assim, acho difícil tê-lo como referência, como um eixo norteador, pois não participei, realmente, de sua elaboração. Ele foi quase que todo elaborado pelas supervisoras da escola (P2, 2015).

A Escola Educar justifica que a Coordenadoria de Educação solicita as reformulações dos documentos dando prazos curtos para a realização de um processo mais democrático e capaz de consultar a todos ou a grande maioria.

Os “princípios educacionais” entrelaçados ao “currículo e a prática pedagógica” caracterizam a escola e dão o suporte necessário ao enfrentamento dos desafios diários da educação. Para P4(2015):

O projeto político pedagógico de uma instituição de ensino é o documento base, o documento maior que delinea todos os princípios educacionais e projeto não apenas de escola, mas de sociedade pensada e que se quer formar. Por que em dois parágrafos?

A vivência de um projeto político pedagógico condizente entre teoria e prática reflete-se diretamente em sala de aula, uma vez que a não vivência de um PPP construído coletivamente traz a problemática de falta de apoio

da gestão escola falta de entendimento das funções da escola, indisciplina na sala de aula, currículo defasado, violência...(P4, 2015).

A construção de um Projeto Político Pedagógico que seja vivenciado, democrático, participativo e comprometido perpassa a necessidade de Formação Continuada para todos os segmentos escolares pois só assim o grupo dinamizador compreenderá e será capaz de conduzir processos democráticos mobilizando os demais a participarem. Para participarem de forma efetiva os profissionais da Educação necessitam formar-se e transformar-se diariamente. É preciso compreender que a escola, conforme como discute Luckesi (2007, p.15) é o que são seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes, os funcionários e a comunidade. A “cara da escola” decorre da ação conjunta de todos esses elementos. Com este entendimento de escola, precisa-se investir na formação de todos estes setores na busca de um objetivo comum, pois precisamos educar as pessoas a pensar a escola e trilhar caminhos nela assumindo a responsabilidade como sujeito do processo. Contudo, é preciso cuidado com a distinção entre professor e gestor, pois na gestão democrática, todos são gestores em diferentes funções. Essa condição define o pertencimento ou não dos diferentes profissionais que compõem o quadro da escola, assim como a integração com o todo da comunidade escolar.

Segundo Freire (2004) o diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente e aluno é gente, cada funcionário é gente e a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo e irmão. Esse relacionamento de cumplicidade muitas vezes tão escasso nas instituições de ensino são exemplos de algumas das relações que interferem na qualidade da educação e que precisam ser bem resolvidas e trabalhadas dentro das escolas. É de suma importância compreender que não se estabelece uma gestão democrática por decreto, mas por processo que se constrói no cotidiano da escola.

Nesta perspectiva segundo Veiga (2000, p.81) é preciso entender que o Projeto Político-Pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico que inclui trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. Em contrapartida a formação continuada dos professores quando constituída em forma de programa, interligada e associada ao PPP pode alavancar e dar a sustentação necessária os processos pedagógicos, gestacionais, organizacionais e interferir de forma direta na realização das ações escolares.

Para Marco (2008) quando o professor assume o compromisso de transformar a prática, pode promover os valores educativos, buscando emancipar-se dos efeitos da desumanização, da injustiça social, da falta de autonomia e de autorrealização.

Para Freire (1996) não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, pois:

Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago, e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p.32).

Assim temos a necessidade de “uma prática pedagógica comprometida com a aprendizagem”, o que para as pesquisadas CP1 e CP2 (2015) relaciona-se diretamente ao PPP e SEAP. O SEAP pode favorecer que a escola estabeleça ações que promovam uma prática pedagógica comprometida com a aprendizagem, estabelecidas no PPP, através do que foi constatado no diagnóstico, principalmente nos aspectos frágeis ou que não estão sendo suficientes no processo ensino-aprendizagem.

Os professores apresentam a categoria “princípios de vivencia” que podemos relacionar com a práxis (reflexão – ação – reflexão) que além de fazer parte da vida dos professores pesquisadores qualificam a educação. Sobre a qualidade da educação, observa Gadotti (2013):

Na educação a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar. A qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade é ruim. Não podemos separar a qualidade da educação da qualidade como um todo, como se fosse possível ser de qualidade ao entrar na escola e piorar a qualidade ao sair dela (GADOTTI, 2013, p.2).

Essa qualidade que a todo momento a pesquisa se refere é um dos princípios fundantes da criação, construção e manutenção do SEAP. Os professores reafirmam conforme P4 (2015):

O PPP poderia subsidiar o SEAP e o SEAP subsidiar o PPP, caso ambos participem de princípios de vivencia efetiva da participação enquanto, manifestação da democracia, para que o currículo, as práticas pedagógicas da escola, e a formação cidadã em sua efetividade e não apenas em “papel” (P4, 2015).

Os pais reafirmam a importância do PPP pois este retoma o “pensando e refletindo as necessidades da escola” o que torna possível a realização de metas e ações futuras. Segundo PA1 (2015):

O PPP (Projeto Político Pedagógico) é o que norteia o trabalho da escola. É ele que direciona e mostra o que deve ser feito, onde e quando fazer. Participei da construção do mesmo, pensando e refletindo sobre as necessidades da escola e dos alunos, traçando metas e objetivos (PA1, 2015).

Os pais nos remetem as categorias “pensar e refletir” que vão ao encontro da práxis que segundo Vazquez (1977) pode ser vista “não apenas como interpretação do mundo, mas também como guia de transformação”. Desta forma o autor afirma como toda práxis é atividade, mas nem toda atividade é práxis (1997, p.185).

Para Vazquez (1997) “a consciência que se volta sobre si mesma e sobre a atividade material que se plasma ou autoconsciência da prática transformadora chama-se consciência da práxis.

Os pais demonstram que compreendem a importância do PPP e estão dispostos a desenvolver ações de diagnóstico, escuta e diálogo.

Desta forma compreendendo a importância do PPP dentro das instituições escolares e considerando que o SEAP veio a somar na perspectiva de contribuir com a qualificação do ensino/aprendizagem, os colaboradores consideram que deveria ter uma relação mais efetiva entre ambos. Percebem que embora importantes, os dois estão contribuindo apenas como documentos legais necessários a instituição e que na prática não estão sendo vivenciados devido a forma que os processos de construção estão sendo realizados.

Como o SEAP não foi uma avaliação construída pela comunidade escolar, esta tem dificuldade em desenvolvê-lo, o que aponta para a necessidade de uma Formação Continuada, dentro de um Programa de Formação capaz de qualificar os sujeitos a exercerem seu direito participativo e da mesma forma a comprometerem-se em vivenciar PPP e SEAP.

Desta forma PPP e SEAP relacionam-se na Escola Educar, de forma que o SEAP é um coletor de dados que se insere no PPP e sem maiores proporções. Já o PPP utiliza estes dados para traçar metas com uma parcela da comunidade escolar,

o que leva ao não comprometimento dos demais integrantes que não possuem “pertencimento” ao PPP de sua própria instituição.

3.4 Possíveis aplicações de uma proposta Político-Pedagógico que tenha como uma das suas bases os dados levantados pelo SEAP.

Buscando evidenciar as relações PPP e SEAP, os pesquisadores foram questionados sobre as ações já desenvolvidas que concretizam ambos e principalmente se acreditam existir uma possível relação entre PPP e o SEAP na busca de qualificar as instituições de ensino. O SEAP tem em sua fundamentação a “participação e o compromisso” como elementos essenciais de efetivação do processo:

No Sistema Estadual de Avaliação Participativa é fundamental participação e compromisso de todos, pois é por meio dessa dinâmica que se reforça o diálogo entre os agentes sociais internos e externos na análise institucional da Rede Estadual de Ensino, constituindo-se, portanto, um momento pedagógico importante de reflexão sobre a educação estadual (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p.8)

Dentro dos indicativos que podem qualificar a metodologia de desenvolvimento do SEAP, está o diálogo entre os segmentos da comunidade escolar que em nossa pesquisa foi elencado como ponto a ser desenvolvido na instituição Educar. Conforme orientações da Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul (2013):

[...] são fundamentais a **participação** e o **compromisso** de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração de seu diagnóstico, pois é por meio dessa dinâmica que se reforça o diálogo entre os agentes sociais internos e externos na análise institucional e, também, vislumbram-se as possibilidades de retorno e intervenção na prática coletiva que está incorporada ao cotidiano escolar, bem como as mudanças nela necessárias (RIO GRANDE DO SUL, 2013, p.11).

Desta forma a participação, a coletividade, o diálogo entre os agentes internos e externos a instituição são fundamentais no processo de construção do SEAP na instituição escolar. A colaboradora CP2 reafirma a “pouca comunicação” entre a comunidade escolar o que aparece como ponto frágil apontado pelo SEAP e que vem como meta de superação no PPP da instituição. Conforme CP2 (2015):

Dentre alguns aspectos que foram constatados como frágeis, e foi a questão de haver pouca comunicação e divulgação na comunidade escolar das ações e projetos propostos. Retomando junto com o Conselho escolar e grêmio estudantil procura-se fortalecer a socialização de informações a todos os segmentos. Estamos caminhando nesta direção. A diminuição do índice de evasão entrando em contato direto com o aluno evadido e seus familiares, revendo o processo de avaliação da aprendizagem e proporcionando atividades diversificadas, práticas e atividades interdisciplinares, e projetos. Implementação de materiais didáticos e pedagógicos favorecendo aos docentes aulas criativas e diferenciadas. Reparos e conservação de materiais audiovisuais e tecnológicos. (Utilizando os poucos recursos financeiros e materiais que a escola recebe) e com a ajuda da comunidade (CP2, 2015).

As orientações do SEAP trazem como questionamento a comunidade escolar, no que se refere ao PPP:

DIMENSÃO 6 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DE AVALIAÇÃO

36) Quanto ao Projeto Político Pedagógico (PPP) construído e conhecido por toda a comunidade escolar.

5. Existe Projeto Político Pedagógico construído e conhecido por **toda** a comunidade escolar.

4. Existe Projeto Político Pedagógico construído e conhecido pela **maioria** da comunidade escolar.

3. Existe Projeto Político Pedagógico construído e conhecido por **alguns integrantes** da comunidade escolar.

2. Existe Projeto Político Pedagógico **construído e conhecido somente pelo segmento dos professores**.

1. **Existe Projeto Político Pedagógico**, mas não foi construído de forma participativa (Rio Grande do Sul, 2013, p. 61).

As respostas obtidas junto aos participantes demonstra que as questões apontadas na dimensão seis, revelam a inexistência de um PPAP democrático e participativo, visto que segundo a Orientação Educacional (2015) “o PPAP está sendo reformulado e ainda não tivemos acesso”. Esta constatação é evidenciada pelas categorias “inexistência e não tivemos acesso”. A falta de acesso demonstra que nem todos os colaboradores tem contato, nem conhecimento deste documento.

A “falta de vivência” é retomada pela professora P4 (2015) ao considerar que o PPAP – Projeto Político Administrativo Pedagógico serve no cotidiano da escola como documento enclausurado e sem vivências reais. O SEAP “desafia” os sujeitos da escola a planejar ações a partir do diagnóstico feito através dele:

O SEAP-RS desafia todos os envolvidos no processo a realizar um diagnóstico e a planejar ações a partir dele, monitorando a execução invertendo a tradicional lógica vertical de gestão. Constrói uma nova cultura, onde todos os atores da vida escolar são considerados, através de um processo de autoavaliação.

Isso significa ter intencionalidade de qualificar a gestão, priorizando a participação de todos no fazer da escola, dando ênfase ao aspecto pedagógico, expresso no Projeto Político Pedagógico, no Plano Anual e no planejamento de cada professor que está na escola.(RIO GRANDE DO SUL, 2015, 78)

Para D (2015) as ações estão garantidas através de “projetos contemplados no PPP” o que valida o SEAP e efetiva o PPP:

Essas atividades geralmente são desenvolvidas através de projetos contemplados no PPP os quais uma vez garantidos no papel, são mais fáceis sua execução. Projeto Motricidade, projetos relacionados a inclusão, preservação ambiental e algumas Oficinas as quais só acontecem dependendo da boa vontade da comunidade escolar (D, 2015).

A contradição entre o grupo gestor e os professores é mais um indicativo que há a necessidade de ampliar o diálogo entre os segmentos e construir juntos efetivamente este documento, construindo este pertencimento e fortalecendo as bases teóricas necessárias para o desempenho de cada função com a melhor qualidade possível, poderemos avançar e buscar alcançar “objetivos comuns” e significativos para uma educação de maior qualidade.

Para CP1 o SEAP não validou os objetivos pelo qual foi construído, considerando que não tivemos retorno as nossos maiores problemáticas elencadas pela comunidade escolar. Segundo CP1 (2015):

Durante as reuniões referentes ao SEAP, foi apontado que o maior problema que a escola Educar apresenta é a sua estrutura física: a falta de quadras de esporte coberta, as más condições do piso e a má conservação dos prédios em geral. Desde 2013, onde participei do SEAP da escola, tivemos a impressão que, apontando os problemas, logo teríamos uma resposta, uma solução, uma esperança de que fosse realizada a tão esperada reforma. Os problemas continuam os mesmos, anualmente são apontados e até agora não houve soluções que são de responsabilidade da SEDUC (a reforma foi até prometida, porém nada aconteceu ainda) (CP1, 2015).

Ao considerar o SEAP como um simples “apontador de problemas”, CP1 demonstra novamente a falta de compreensão do processo, pois o SEAP não é um diagnóstico da realidade institucional que será respondido pela SEDUC ou solucionado apenas por ela. As escolas, em parceria com as Coordenadorias e a Secretaria de Educação irão pensar, refletir, buscar soluções e realizá-las em conjunto. Desta forma a escola não tem a função de apontar problemas e aguardar resultados, mas sim mobilizar esforços a nível micro e macroscópico na procura de

desenvolver estratégias a fim de solucionar as questões apontadas como fragilidades. No entanto, nos assumirmos como sujeitos ativos do processo não é tão simples como CP2(2015) afirma:

Tenho convicção de que precisamos nos despir de muitos ranços para podermos compreender o quanto é importante avaliar o nosso trabalho, e que o SEAP contribui para isso mas estamos tentando, devagar com certeza, mas tentando (CP2, 2015).

A categoria “avaliar” perpassa o refletir, agir, refletir pois a avaliação proposta pelo SEAP não é a nível de promoção ou quantificação, mas sim de processo. O SEAP avalia todos os campos dentro do sistema Educacional e para efetivamente poder avaliar, é necessário se “despir de muitos ranços”, lembrando que ao avaliarmos nosso trabalho, buscamos alternativas para qualifica-lo e não culpados.

A participante P4 nos apresenta a relação SEAP e PPP como “práticas isoladas” pois a metodologia da gestão não proporciona o desenvolvimento atividades coletivas. Agindo e se utilizando de pequenos grupos selecionados, o grupo gestor não possibilita que todos participem do processo, por muitas vezes não inserindo todos os integrantes da comunidade nas discussões acaba por desenvolver algumas ações pontuais e em pequenos grupos e não ações que envolvam escola e comunidade.

Temos algumas práticas isoladas e em determinados momentos de participação com parcela da comunidade escolar, como por exemplo a chamada, ou comitê de alunos para determinados momentos do Conselho de Classe. Isso realizado apenas uma vez no ano de 2014 (P4, 2015).

Embora compreendam a importância de ambos os processos, a colaboradora Pa1 nos relata:

Uma vez que o PPP (Projeto Político pedagógico) deve ser construído e trabalhado pela escola e pela comunidade escolar, é possível, viável e desejável que o mesmo esteja “atrelado” ao SEAP, qualificando, e muito, as instituições de ensino. Pois, quanto mais os pais “adentrarem” às instituições de ensino, mais força terá o trabalho do educador.

Quando Pa1 traz a relação PPP e SEAP em uma construção coletiva e democrática pensa ser possível e viável o que retoma a necessidade da Formação

Continuada para que o grupo dinamizador seja capaz de promover ações capazes de promover este trabalho participativo, viável e democrático.

PA2 apresenta a categoria “consultada” que revela a espera dos pais por processos mais democráticos que envolvam pais e demais integrantes da comunidade com diálogo e reflexão. “Este processo ainda não é concreto na escola e a percepção equivocada de SEAP e PPP nos remete a sua realização descomprometida”. Segundo PA2 (2015): Os dois deveriam estar relacionados uma vez que o PPP deve embasar reflexões e ações diretamente ligadas a educação, mas até o momento não fui consultada para nada na escola de meu filho.

Através do olhar dos sujeitos da Escola Educar percebemos que a relação entre PPP e SEAP é possível, mas ainda não existe. É necessário formar para transformar, pois só assim os profissionais modificam suas práticas, são capazes de conduzir os processos de forma democrática e colocar em prática a essência do SEAP, de avaliação permanente, diagnóstico, reflexão coletiva e soluções conjuntas entre SEDUC, Coordenadoria de Educação e Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou de que modo os dados levantados pelo SEAP repercutem na reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual de Passo Fundo (RS), procurou-se constatar dentro das instâncias abordadas pelo SEAP, a influência destes dados diretamente na escola, visto que neste ano de 2015 as escolas estaduais do município de Passo Fundo (RS) realizaram a reformulação dos seus PPAP já de posse dos dados do SEAP. Durante o desenvolvimento desta pesquisa avaliamos o instrumento como um todo dentro de uma instituição escolar.

Nosso objetivo analisou de que modo os dados levantados pelo SEAP repercutem na reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual de Passo Fundo (RS).

A partir do objetivo geral, foram elaborados os objetivos específicos: Compreender a aplicação dos dados obtidos pelo Sistema Estadual de Avaliação Participativa em uma escola estadual de Passo Fundo (RS); Analisar por meio de colaboradores, as relações existentes entre Projeto Político Pedagógico e SEAP na escola pesquisada; Investigar as possíveis intervenções de uma proposta Político-Pedagógico que tenha como uma das suas bases os dados levantados pelo SEAP.

O governo do Estado do Rio Grande do Sul através do decreto 48.744/2011 (RIO GRANDE DO SUL, 2013) criou o Sistema Estadual de Avaliação Participativa, a fim de cumprir a legalidade, criando um sistema de avaliação externa que busque averiguar, levantar dados, coletar e construir propostas que visam qualificar a educação.

Ao analisar por meio de colaboradores, as relações existentes entre Projeto Político Pedagógico e SEAP na Educar, constatou-se que mesmo sendo considerados importantes PPP e SEAP ainda constituem-se como documentos obrigatórios e não como processos de avaliação, construção e qualificação da Educação, qualidade esta que pode ser construída através de práticas democráticas, coletivas e coerentes.

Considerando a aplicação dos dados do SEAP no PPP, o que foi levantado como ponto crítico ou frágil foi incorporado ao PPP mas não praticado. Algumas metas foram estabelecidas, mas os protagonistas não vivenciam o PPP e desta forma não se comprometem com o SEAP.

No SEAP assim como tudo que não é constituído pelo grupo que dele participa, embora muito bem fundamentado, descrito e orientado, não traz para seus participantes o sentimento de pertencimento necessário a sua aplicabilidade eficiente, concreta, participativa e democrática. Primeiramente os sujeitos não compreendem o processo e nem tem participado como algo necessário a qualificação do ensino/aprendizagem e sim como um documento, que cumpre um papel burocrático, podendo vir a dispor de verbas na tentativa de melhorar a situação escolar.

Quanto ao PPP, é necessário compreender a relação de interdependência entre Projeto Político-Pedagógico e Formação de professores e reconhecer que ambos precisam fazer parte de um programa pensado, desenvolvido e construído em conjunto com todos os segmentos escolares, feito por eles, para eles e respeitando tanto a esfera micro, dentro da instituição, dando a ela sua autonomia, quanto à esfera macro, prestando contas das políticas públicas, das políticas educacionais, da legislação. Este processo só torna-se possível por meio da compreensão e realização de uma gestão democrática.

As instituições de ensino precisam cada vez mais criar e efetivar órgãos que fazem parte do corpo da escola e que muitas vezes estão desativados como Grêmios Estudantis, Conselho Escolar, e grupos ligados a escola e que oportunizam vez e voz no processo democrático.

Ao investigar as possíveis intervenções de uma proposta Político-Pedagógica que tenha como uma das suas bases os dados levantados pelo SEAP, encontramos a Formação Continuada dos segmentos escolares, como programa de formação, capaz de propiciar subsídios ao grupo dinamizador, constituído pelo diretor, vice-diretor, coordenador Pedagógico, Orientador escolar e supervisor, por meio das observações de sua realidade e de seus agentes, para criar recursos, meios, formas de motivar e integrar os seus pares na elaboração das metas propostas, dos objetivos estabelecidos, na forma clara de trabalho e nos ideais da instituição.

Para se materializar o PPP é preciso ter a clareza que ele não é propriedade de uma gestão e que embora mudem algumas pessoas é ele que mantém a identidade da escola. É preciso também entender que este documento não é estático, ele será sempre alterado de acordo com as necessidades do grupo, sendo desta forma, necessário sua revisão permanente.

A escrita do PPP deve contemplar a fundamentação teórica que irá embasar o trabalho, e torna-se importantíssimo construir um Programa de Formação Continuada que possibilite além de construir esta base teórica junto aos sujeitos, permitir a eles construir conhecimentos que possibilitem modificar seu olhar diante daquela realidade e construir, desta forma, novas práticas.

Necessita-se ter a clareza de que a prática por si só não se modifica sem o uso da teoria, ou seja, é necessária uma profunda formação para modificar a ação. Como o próprio nome diz FORMAÇÃO é formar a ação. Nesta perspectiva, é preciso que as escolas pensem indicadores de qualidade educacional próprios.

Construir um programa de formação é mais que buscar informações para formação, é pensar o presente e o futuro criando elos de conhecimento e reconstruindo ações que possam ser modificadas por meio das formações. É importante ressaltar que não são apenas os professores que precisam da constante formação, mas todos aqueles que da escola fazem parte, pois se desejam cidadãos mais efetivos, críticos, participativos e necessário ensiná-los a pensar dentro desta perspectiva. É de suma importância que os gestores, de modo geral, também passem pela formação continuada e desenvolvam conhecimentos que possibilitem reflexões e ações frente ao imenso desafio de gerir a Educação do século XXI.

Para que se realizem processos democráticos, participativo e coletivo, é necessário formar a todos para transformar. Formar bons gestores é investir na qualidade da educação para a compreensão e realização de um trabalho dinâmico que possa dar sustentação tanto na parte administrativa, burocrática e principalmente da pedagógica que por muitas vezes fica abandonada nas escolas. Muitas são as iniciativas a nível mundial, nacional e até mesmo de estados e municípios, no entanto de nada valem se a escola não se sentir legítima, legitimada, autêntica e segura de suas práticas. Desta forma, uma formação de qualidade, perpassa um PPP consciente, bem como um PPP inteligente necessita de um formação real.

Construir uma gestão de qualidade que possa articular essa interdependência entre PPP e formação exige um esforço diário na efetivação de uma gestão democrática, que se materializa no chão da escola e no cotidiano, não apenas com o desejo de mudar, mas com o pensamento inteligente e o estudo de como realizá-lo.

Não existe possibilidade de relação entre PPP e SEAP sem que antes haja uma formação tanto teórica quanto prática, para compreensão do PPP, como do SEAP. É de suma importância ensinar os segmentos da comunidade escolar a construir e vivenciar estes documentos que constituem a vida da escola e para isso é preciso qualificar cada vez mais o grupo gestor, para que esse estruture e possibilite a participação de todos.

Hoje a instituição escolar pesquisada já insere os dados do SEAP no PPAP, porém não vivencia seu PPAP e dessa forma não utiliza o SEAP para as finalidades a que ele se propõe. Formar para transformar, construir e vivenciar, tornam capazes as interações e a qualidade. Pensar a escola para além de seus muros, tornar o cidadão, agente ativo do processo, o professor pesquisador de sua prática para que ao realizar a práxis modifique sua realidade, são alguns dos encaminhamentos possíveis na busca de integrar o Projeto Político Pedagógico da instituição com o Sistema Estadual de Avaliação Participativa do estado do Rio Grande do Sul. A Gestão Escolar precisa compreender, teorizar, construir e se formar para agir de forma democrática todos os dias. A Gestão Democrática não é algo implantado e sim construído todos os dias dentro de cada instituição. A revisitação do PPP como detentor do poder da instituição, as indicações de vivências e comprometimento do coletivo, mostram o quanto este documento da vida e corpo a escola.

A relação do PPP com o SEAP precisa de uma caminhada e de entendimento, retornamos a teoria e a Formação, somente assim se construirão estratégias de participação, avaliação, soluções, ações, estratégias capazes de construir a relação de interdependência neste processo.

Assim na busca da qualidade precisamos fortalecer o diálogo entre os seguimentos, ampliando a escuta e a reflexão propostas pelo SEAP, uma avaliação pública, de larga escala, que se constitui de dinheiro pública e que pode ser efetivada desde que seus agentes sintam-se parte da construção desta avaliação e se comprometam com ela.

SEAP e PPP, a ideia que rege os dois documentos é sem dúvida de suma importância para qualificação da educação. A ligação plena entre eles ainda não há, mas podemos chegar lá se todos os envolvidos puderem se formar e assim se transformar, quando todos os integrantes da escola conhecerem o processo, sua utilização e colaborarem para por em prática suas definições. Isso poderá ser possível com um programa de formação a nível de SEDUC e construído em parceria

com as escolas. Não um programa vertical sem bases na escola, mas um programa que cria suas “raízes” na escola e se expande nas demais instituições.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade**. Caderno de Pesquisa. PUC: Rio de Janeiro. n.113.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer ao Substitutivo do Senado Federal que “aprova o Plano nacional de Educação (PNE) e dá outras providências”**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=65B082D74D4129E82271339AC05C36D2.proposicoesWeb2?codteor=1237910&filename=Tramitacao-PL+8035/2010>. Acesso em: 23 set. 2015

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04/2010 que fixa as diretrizes curriculares da educação básica**. Brasília, 2010.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CURY, C.R.J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, 2002.

_____. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997,

DALBERIO, M. C. B. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**. Ed. OEI. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais. Acesso em <25 de out. de 2015>.

DUARTE, R. In: Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo. **Cadernos de Pesquisa**: São Paulo, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Qualidade na Educação: uma nova abordagem**. COEB, 2013. Disponível em: < <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/>> Acesso em: 5 de out. de 2015.

_____. **Educar para um outro mundo possível: o Fórum Social Mundial como espaço de aprendizagem de uma nova cultura política e como processo transformador da sociedade civil planetária.** São Paulo, Publisher Brasil, 2007.

_____. **Escola Cidadã.** coleção questões da nossa época. 7. ed São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Autonomia da escola:** princípios e propostas. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola cidadã, 1).

_____. **O projeto político - pedagógico na escola:** na perspectiva de uma educação para a cidadania. Brasília, 1994.

LEVINSKI, E. Z. **Programa de formação continuada no Colégio Tiradentes:** decisão, concepção e práticas. Educare, Curitiba: 2013.

_____. **A dimensão político-pedagógica do processo participativo no ensino público municipal de Getúlio Vargas – RS.** Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCE, M. B. MEDEIROS, I. L. P. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências.** IN: LUCE, Maria Beatriz. MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (org.). Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LUCK, H. **Gestão Educacional: estratégias para a ação global e coletiva no ensino.** In: FINGER, A. Educação: caminhos e perspectivas. Curitiba: Champagnat, 1996.

LUCKESI, C. C. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula.** ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

MAANEN, John, Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface,** In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, 1979.

MARCO. R. R. Disponível em: <revistaescola.abril.com.br/edições/0178/aberto/com_a_palavra.shtml> Acesso em: 24 de out. de 2015.

MOROSINI, M. C. BITTAR, M. **Enciclopédia Pedagógica.** Disponível em: <[http://www.furb.br/proen/new/docs/ Enciclopedia Pedagogia.PDF](http://www.furb.br/proen/new/docs/Enciclopedia_Pedagogia.PDF)>, 2006 . Acesso em: 13 de set. de 2015.

QUADROS. C. **Enfoques de Pesquisa em Educação**. Santa Maria, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Sistema Estadual de Avaliação Participativa**. Roteiro para avaliação institucional coletiva da escola. -- Porto Alegre, 2014. – (Caderno n. 2. Avaliação institucional coletiva da escola).

_____. **Projeto Político Pedagógico** da Escola Estadual de Ensino Médio Anna Luísa Ferrão Teixeira. Passo Fundo, 2011.

_____. Governo do Estado. Lei 10.576, de 14 de dezembro de 1995. **Lei da gestão Democrática do ensino público**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, 1995

SÁ SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, numero I, jul./2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.

_____. **Planejamento: projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**: elementos metodológicos para elaboração e realização, 7ª Ed. São Paulo: Liberdade, 2000. (Cadernos pedagógicos do Liberdade; v. 7)

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas, São Paulo: Cortez, instituto Paulo Freire, 2003 – (Guia da escola cidadã, V.7)

_____. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. Campinas: Papirus. 2002.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 23. Ed. Campinas: Papirus, 2001.

VASQUEZ. **Filosofia da práxis**. 2007.

VIEIRA. S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos. **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19013>>. Acesso em 24 de out. de 2015>.

APÊNDICE

APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/ UFSM vem apresentar a acadêmica Viviane Fátima Lima do Prado à Direção desta Instituição de Ensino. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada Sistema Estadual de Avaliação Participativa e Projeto Político-Pedagógico uma relação possível?

O objetivo da inserção da acadêmica na Instituição, diz respeito à coleta de informações de sua pesquisa de conclusão de Curso, cujo objetivo é compreender se os dados obtidos pelo SEAP são utilizados como indicador de qualidade nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino.

Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição, constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Passo Fundo, setembro de 2015.

Prof^a. Ms. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann
Orientadora

APÊNDICE 2



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Título da monografia: Sistema Estadual de Avaliação Participativa e Projeto Político-Pedagógico uma relação possível?

Pesquisador responsável: Viviane Fátima Lima do Prado

Instituição/Departamento: Escola Estadual de Ensino Médio Anna Luísa Ferrão Teixeira

Telefone para contato: (54) 91588659

O pesquisador do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através de um questionário realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Anna Luísa Ferrão Teixeira. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da Professora Pesquisadora Ms. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann. Após este período, os dados serão destruídos.

Passo Fundo, setembro de 2015.

.....
Ms. Ana Paula da Rosa Cristino Zimmermann

APÊNDICE 3



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Sistema Estadual de Avaliação Participativa e Projeto Político-Pedagógico uma relação possível?

Pesquisadora responsável: Viviane Fátima Lima do Prado

Orientadora: Ana Paula da Rosa Cristino

Instituição: UAB/ UFSM.

Telefone para contato: (54) 91588659 – (54) 3311-0247

Prezado (a) Colaborador (a):

Você está sendo convidado (a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Compreender se os dados obtidos pelo SEAP são utilizados como indicador de qualidade nos Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas que abordam:

O Sistema Estadual de Avaliação Participativa realmente proporciona melhorias nas instituições? Quais são as relações possíveis entre SEAP e PPP? De que modo os dados levantados pelo SEAP ajudam na reformulação dos Projetos Políticos-Pedagógicos de escolas estaduais do Município de Passo Fundo (RS)?

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Passo Fundo, 31 de setembro de 2015.

Viviane Fátima Lima do Prado

APÊNDICE 4



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Estimada (o) Professora (o)!

Este questionário compõe o estudo: Sistema Estadual de Avaliação Participativa e Projeto Político-Pedagógico uma relação possível? título da monografia”. Objetiva: Analisar de que modo os dados levantados pelo SEAP repercutem na reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual de Passo Fundo (RS).

Este documento é anônimo, portanto, não tem necessidade de identificação.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em participar desta pesquisa.

A autora

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Cargo ou função _____

Graduação: _____

Pós-graduação: _____

Tempo de atuação no cargo atual: _____

Tempo de atuação na Escola: _____

Tempo de atuação na rede estadual _____

Profissionais da Educação

Qual a importância do Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP) nos processos desenvolvidos na escola?

Como você definiria o Projeto Político-Pedagógico dentro da instituição escolar e como ele influencia sua função?

Como Você percebe uma relação possível entre o PPP e o SEAP na busca de qualificar as instituições de ensino?

De que modo Os dados obtidos no SEAP são utilizados nas reformulações do PPP da Instituição? Com qual objetivo?

Cite atividades desenvolvidas na Escola, as quais concretizem o PPP:

Cite atividades desenvolvidas na Escola, as quais concretizem o SEAP:

APÊNDICE 5



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Estimados Pais!

Este questionário compõe o estudo: Sistema Estadual de Avaliação Participativa e Projeto Político-Pedagógico uma relação possível? título da monografia”. Objetiva: Analisar de que modo os dados levantados pelo SEAP repercutem na reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma escola estadual de Passo Fundo (RS).

Este documento é anônimo, portanto, não tem necessidade de identificação.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em participar desta pesquisa.

A autora

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Escolaridade _____

Profissão _____

Turma (s) do (s) Filho (s) _____

Há quanto tempo tem filho (s) nessa Escola _____

Explique o que é Projeto Político-Pedagógico e como participou da construção deles?

Explique o que Sistema Estadual de Avaliação Participativa (SEAP)? Como participou da construção dele?

Como Você percebe uma relação possível entre o PPP e o SEAP na busca de qualificar as instituições de ensino?

Cite atividades desenvolvidas na Escola, as quais concretizem o PPP:

Cite atividades desenvolvidas na Escola, as quais concretizem o SEAP: